

Ramagem na mira da PF põe dúvida em candidatura no Rio

Aliados do deputado do PL temem que investigações atrapalhem alianças

Camila Zurur

RIO DE JANEIRO A operação da Polícia Federal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) colocou uma incógnita na candidatura do parlamentar à Prefeitura do Rio de Janeiro. O bolsonarista é investigado por monitoramentos ilegais feitos durante sua gestão na Abin (Agência Brasileira de Inteligência). A PF cumpriu nesta quinta-feira (25) mandados de busca e apreensão no gabinete e no apartamento funcional de Ramagem, que também teve seu celular apreendido. O deputado nega as acusações.

Ramagem é homem de confiança do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e foi escolhido por ele para ser o pré-candidato na disputa municipal. No entanto, aliados já levantam dúvidas sobre sua viabilidade agora que é alvo da PF, o que pode minar alianças com partidos mais moderados de direita e de centro-direita. A ala mais próxima do ex-presidente já traça uma estratégia de colocar Ramagem como um perseguido político e alvo de uma conspiração entre o STF (Supremo Tribunal Federal), que autorizou a operação, e o governo Lula (PT). A ideia é que, assim, a disputa fique ainda mais polarizada, fazendo com que o engajamento benefício o parlamentar. O próprio presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, falou sobre isso ao comentar as investigações. "Pelas redes sociais, ele escreveu: 'Está claro que essa operação da PF contra o deputado Alexandre Ramagem é uma perseguição por causa do Bolsonaro. Isso é pura perseguição e pode acabar elegendo o Ramagem com mais facilidade no Rio de Janeiro'", diz, porém, um recado de que ter um pré-candidato alvo de uma investigação seja um obstáculo para construir alianças políticas. Fontes próximas ouvidas pela Folha veem, nesse sentido, a operação como um banho de água fria na candidatura de Ramagem, que já gerava insatisfação entre líderes de outros partidos.

No ano passado, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), promoveu um almoço com os presidentes estaduais de PF, MDB, União Brasil e Solidariedade para selar o apoio a Ramagem. Apesar do que foi dito na conversa, nada avançou dali. Líders dessas legendas afirmam que ainda não receberam nenhum gesto do PL em troca da aliança. Pelo contrário, a ala mais bolsonarista — mais próxima de Ramagem — ainda defende uma chapa pura à Prefeitura, indicando como possíveis vices a deputada federal Chris Tonietto ou o estadual Alan Lopes.

Com a operação da PF, essa insatisfação se juntou à incerteza de que acontecerá com Ramagem nos próximos meses. Eles não querem dividir o palanque com alguém que possa voltar a ser alvo de operações, ou que possa até mesmo ser preso. O temor é de que isso respingue, de alguma forma, na imagem deles. Embora os mais moderados do PL vejam um esfriamento da candidatura do deputado, eles mesmo admitem que a decisão final será de Bolsonaro e irão acatar a palavra do ex-presidente. Eles, porém, pontuam que ainda falta muito tempo para a escolha do candidato. A candidatura só é sacramentada no início do segundo semestre, com as convenções partidárias, e o ex-chofe do Planalto tem um histórico de mudar de ideia na última hora. Por causa da busca e apreensão, Ramagem foi retirado de todos os grupos do WhatsApp do PL e da oposição. E a frase com todo mundo que é

alvo da PF — o mesmo foi feito com o deputado Carlos Jordy (PL-RJ), alvo de operação na semana passada. Há dois motivos para isso. Primeiro, o deputado teve o celular apreendido, não possui mais aquele número. Segundo, os membros do grupo não querem que as novas mensagens vazem para a Polícia Federal. Ao longo da quinta-feira, Carlos Bolsonaro, filho do ex-presidente, se movimentou para defender Ramagem. O vereador é o principal líder da pré-candidatura do deputado. E ele quem vai coordenar a campanha. Usando o perfil do pai, Carlos fez postagens defendendo o aliado, alegando perseguição por ele ser o candidato de Bolsonaro no Rio. No ano passado, os planos de Bolsonaro e do PL já tinham sofrido outro baque, com a condenação à inelegibilidade do general Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente em 2022 e era cotado para a disputa municipal. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) considerou que ele cometeu abuso de poder político e econômico durante as comemorações do Bicentenário da Independência, junto com Bolsonaro.

Veja quem foi alvo da Abin e entenda o caso

GILMAR MENDES E ALEXANDRE DE MORAES A PF investiga se a Abin utilizou o software espion FirstMile e produziu relatórios sobre ministros do STF e adversários de Bolsonaro. Em um dos casos, segundo a PF, a chamada "Abin Paralela" tentou, através dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, a facção criminosa PCC.

As informações sobre a tentativa de ligar os ministros ao PCC foram encontradas pela PF em documentos apreendidos e a Abin relaciona a uma operação chamada "Portaria 157", que teria como um de seus objetivos a obtenção de informações sobre uma ONG que os agentes envolveram e entenderiam ser ligada ao PCC.

Moraes é relator de uma série de apurações que têm como alvo Bolsonaro e seus aliados, tendo sido nos últimos anos alvo preferencial do bolsonarismo.

RODRIGO MAIA E JOICE HASELMANN A PF afirma que a Abin sob Ramagem também se valeu do software para monitorar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que era um desfecho do então presidente. Além da ex-deputada Joice Hasselmann, incluído na alçada de Bolsonaro, mas que depois rompeu com o mandatário.

O monitoramento, diz a PF, foi feito pelo agente federal Felipe Arteta, um dos alvos da operação e afastado do cargo por decisão de Moraes. O policial é próximo do senador Flávio Bolsonaro. Um mais velho de Bolsonaro.

Um trecho do relatório da investigação citada por Moraes diz que o proprietário de um carro Pagero foi monitorado apenas devido a um jantar em que também estavam presentes Maia e Joice.

CAMILLO SANTANA Atual ministro da Educação do governo Lula e na época governador do estado do Ceará, o petista Camillo Santana teria sido outro alvo de espionagem realizada de forma legal por membros da Abin, segundo a Polícia Federal.

A decisão de Moraes diz que a investigação identificou que o gestor do sistema FirstMile na Abin teria sido **Rafardo pilotando um drone** nas proximidades da residência de Camillo Santana.

PROMOTORA DO CASO MARIELLE FRANKO Na decisão em que autorizou busca e apreensão contra investigados, Moraes afirma ainda ter havido monitoramento de promotora responsável pela apuração do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e da motorista Anderson Gomes.

Trecho de relatório da PF citado por Moraes diz que foi identificado um resumo do currículo da promotora e que o documento tem "a mesma aparência de identidade visual nos moldes dos Relatórios apócrifos da estrutura paralela".

Não é citado na decisão o nome de quem seria o alvo. Os promotores **Simone Sibillo e Leticia Petriz** integraram a força-tarefa de 2018 a julho de 2021.

Marielle e Anderson foram alvos de perseguição por ex-policial militar **Ronnie**.

LESSA, acusado de ser o executor do crime, fechou um acordo de delação premiada. O caso corre em sigilo no STF (Superior Tribunal de Justiça), e a colaboração air da precisa ser homologada pela corte.

AJUDA A FILHOS DE BOLSONARO Além do monitoramento de adversários, a PF encontrou indícios de que a agência atuou para fornecer informações sobre investigações em andamento para Jair Renan e Flávio Bolsonaro, filhos do ex-presidente.

No caso de **Jair Renan**, a Abin teria atuado para ajudar o filho do presidente que era alvo de investigação pela PF sobre as relações com empresas que mantiveram e tinham interesse em contratos com o governo federal.

Agentes da Abin tentaram atrapalhar a investigação e coletar informações com o objetivo de evitar "riscos à imagem" de Bolsonaro.

Flávio Bolsonaro, por sua vez, teria sido beneficiado com a atuação da Abin para levantar informações contra auditores da Receita Federal, já que a época era investigado no caso da rachadinha da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e tentou apontar para irregularidades na Receita como forma de arular a apuração.

ENTENDA O CASO

Abin A Agência Brasileira de Inteligência é um órgão cujo objetivo é oferecer informações estratégicas para a Presidência da República e ministérios. Foi criada em 1999, e deve ser apolítica e apolítica, além de não ser "responsável pela condução de investigações criminais".

CIN O CIN (Centro de Inteligência Nacional) foi criado por Bolsonaro em julho de 2020. Entre suas atribuições estava a de planejar e executar atividades de inteligência relacionadas a "ameaças à segurança e à estabilidade do Estado". Compuseram a rova estrutura pessoas ligadas ao clã Bolsonaro e ao então diretor da Abin, Alexandre Ramagem. Por isso, o centro foi apelidado de Abin paralela.

FirstMile É um software de monitoramento por geolocalização usado pela Abin entre 2019 e 2021. Ele foi adquirido no governo de Michel Temer por R\$ 5,7 milhões. Cão Cesar dos Santos Cruz, filho do ex-ministro do governo Bolsonaro Santos Cruz, era um dos representantes da empresa vendedora.

Alexandre Ramagem Era o diretor da Abin na época em que a agência teria usado legalmente o software espion FirstMile. Delegado da PF desde 2005, ele é deputado federal do Rio de Janeiro pelo PL, tendo sido eleito com 59 mil votos. Ramagem também é pré-candidato do partido para a Prefeitura carioca.

É conhecido por ser próximo da família Bolsonaro. Como mostrou a Folha, Ramagem é investigado porque os monitoramentos ilegais ocorreram durante sua gestão. Ele também teria sido corrompido para evitar a divulgação de informações sobre o uso irregular do software espion FirstMile.



O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que foi alvo da PF na quinta-feira. *Monica Oliveira - 26 jan 19 / Agência S. Paulo*

Atuação de milícias leva Justiça Eleitoral a transferir 50 seções eleitorais no RJ

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO Pelo menos 50 locais de votação em regiões controladas pela milícia no oeste do Rio de Janeiro foram alterados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral). A mudança é uma tentativa de garantir que as eleições municipais deste ano aconteçam sem a influência de milicianos. A informação foi confirmada à Folha nesta sexta-feira (26). Os novos locais ainda não foram divulgados. Mas, segundo o TRE, as regras para alcar os eleitores vão seguir as mesmas, como, por exemplo, a proximidade da área de abrangência onde o eleitor está inscrito.

As alterações são baseadas em dados de inteligência das polícias federal, rodoviária, civil e militar, além da Guarda Municipal e dos Ministérios Públicos federal e estadual.

Um grupo criado pelo TRE na eleição de 2022 fez um levantamento preliminar que mapeou 50 pontos onde há interferência de milícias e que agem no sentido de coar-

gir eleitores a votarem em candidatos pré-definidos. Identificaram ainda que, em alguns casos, criminosos chegaram a agir pessoalmente nas seções em locais passados. O gabinete de inteligência foi reativado e, agora, estuda mais regiões. Para evitar este tipo de atuação criminal, juizes de diversas áreas também vão atuar pessoalmente nas zonas

eleitorais, numa tentativa de organizar e garantir a segurança do processo eleitoral. Além disso, o grupo de inteligência do TRE também analisou medidas contra fake news e trabalha no monitoramento de candidatos com ficha suja.

Um estudo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) divulgado em novembro apontou a forte influência das milícias nas eleições de 2022 no Rio. Segundo o levantamento, 14,8% dos eleitores estavam cadastrados para votar em locais de votação situados em territórios controlados por milicianos.

O estudo indica um "efeito milícia" sobre os resultados eleitorais, o que mostra que as áreas controladas por esses grupos apresentaram certas tendências políticas diferenciando do restante da região metropolitana do Rio.

Há mais de um ano, comunidades da zona oeste da capital fluminense vivem cenários de guerra por conta da disputa pelo controle da região. Os confrontos se intensificaram depois que o miliciano Luis Antonio da Silva Braga, conhecido como Zinbu, se entregou à Polícia Federal em dezembro passado.

Segundo informações da polícia, a equipe tentou resistir à invasão do Comando Vermelho, que pretendem expandir sua presença de drogas pela cidade.



Pichações da Comanda Vermelha (CV) na entrada do bairro Gardênia, na zona oeste do Rio de Janeiro. *Eduardo Antão - 26 jan 19 / Agência S. Paulo*